

HABEAS CORPUS Nº 548.531 - CE (2019/0356590-9)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : SILVIO VIEIRA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : ALEXANDRE BASTOS SALES - CE028621
RAPHAELE HOLANDA FARRAPO - CE037630
PEDRO MARTINS DE SOUZA JÚNIOR - CE017076
FERNANDA CAVALCANTE DE MELO - CE020981
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : LUCAS ARRUDA ROLIM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCAS ARRUDA ROLIM contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do HC n.º 0632086-69.2019.8.06.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Consta dos autos que o Paciente foi preso preventivamente em 30/10/2019, por força de mandado de prisão expedido pelo Juízo da Vara de Delitos de Organização Criminosas da Comarca de Fortaleza - CE, em virtude de representação formulada pela Autoridade Policial da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO).

Nas razões do *writ*, os Impetrantes defendem, de início, a existência de excepcionalidade a justificar o afastamento da orientação consolidada na Súmula n.º 691/STF.

Narram que a ação penal em epígrafe se originou a partir de determinação da Juíza de Direito da 3.ª Vara da Comarca de Maranguape/CE, que, nos Autos de n.º

3993-79.2019.8.06.0119, determinou busca e apreensão de documentos que estivessem em poder do Paciente. No entanto, no momento da realização da busca e apreensão, o Delegado titular da Delegacia de Combate ao Crime Organizado - DRACO teria dado voz de prisão ao Paciente, agindo com nítido abuso de poder e extrapolação da ordem judicial.

Afirmam que, diante dessa situação, os autos foram remetidos à Vara de Organizações Criminosas de Fortaleza - CE, em afronta ao princípio do juiz natural.

Aduzem que, apesar de todas as ações que tramitam na referida vara seguirem rito sigiloso, a custódia do Paciente teria sido amplamente divulgada nos meios de imprensa, violando o Código de Ética e Disciplina da Magistratura Nacional.

Asseveram que ***"todos os atos processuais, inclusive a decretação da prisão preventiva, realizados por juízo incompetente devem ser considerados e declarados nulos"*** (fl. 13).

Alegam que, no ato da prisão, não foi observado o disposto no art. 7.º, inciso V, da Lei n.º 8.906/1994, o qual exige a presença de representante da OAB na hipótese de segregação de advogado.

Sustentam a desnecessidade da custódia cautelar e argumentam que o decreto de prisão preventiva não apresenta fundamentação idônea.

Ponderam, ainda, que, diante da comprovada ausência de sala de Estado Maior, a prisão provisória do Paciente deve ser substituída pela domiciliar.

Pedem, em liminar, seja deferida a prisão domiciliar ao Paciente.

No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do Paciente e, ainda, (fl. 18):

"01 - Declare-se a nulidade do feito a partir do redirecionamento para Vara De Organizações Criminosas por ausência de fundamento legal e por ofensa ao princípio do juiz natural, pois, se o fato inicial fora a determinação da busca e apreensão, o delegado não pode escolher o juiz que lhe seja mais favorável.

02 - que seja reconhecida a ausência de fundamento da prisão preventiva, bem como a macula quanto a imparcialidade e independência necessária ao devido processo legal.

03 - que seja determinado por este Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que as cópias integrais dos autos do presente writ, bem como requisitado ao Tribunal Estadual Cearense, cópia integral de todos os procedimentos referentes ao paciente LUCAS ARRUDA ROLIM, sejam

Superior Tribunal de Justiça

encaminhados para o Conselho Nacional de Justiça-CNJ, para avaliação de descumprimento das normas deontológicas previstas no Código de Ética da Magistratura.

04 - Que sejam garantido ao paciente LUCAS ARRUDA ROLIM, que até o trânsito em julgado de sentença penal, seja-lhe garantido a aplicação do entendimento do STF no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54 onde o Plenário da Corte Constitucional afirmou a impossibilidade de cumprimento antecipado de pena, sem o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, por obediência aos arts. 5º, inciso LVII e art. 283 do CPP."

É o relatório.

Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na Instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (HC 373.455/AgRg-SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/11/2016; HC 376.893/AgRg-SE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 24/11/2016; HC 298.009/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 04/09/2014; e HC 349.829/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 01/08/2016, v.g.).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve-se preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância

Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, o decreto de prisão preventiva encontra-se fundamentado nos seguintes termos (fls. 23-25; sem grifos no original):

"Compulsando minuciosamente os presentes fólios, verifica-se através das informações prestadas pela autoridade policial e dos relatórios de investigações colacionados aos autos, que o representado é suposto integrante da facção criminosa Comando Vermelho, com participação na logística delitiva da facção criminosa 'Comando Vermelho - CV', auxiliando, inclusive, na elaboração de planos de fuga e influência no tráfico de drogas, sendo a sua clausura, medida que se impõe para acautelar o meio social de suas maléficas ações, bem como preservar a credibilidade da Justiça como instrumento da ordem pública, atendendo desta feita, ao anseio da sociedade que clama pelo fim da impunidade.

[...]

Imperioso se faz ressaltar que conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a periculosidade do agente, evidenciada pela gravidade concreta do delito, constitui fundamentação idônea para decretação de prisão preventiva, conforme depreende-se do seguinte julgados, in verbis:

[...]

Ademais, a prisão de infratores que integram organização criminosa, inclusive em cargos de comando, serve como forma de enfraquecer a atuação de qualquer que seja a organização, visando, principalmente cessar qualquer atividade criminosa ligada à facção, que neste caso, foi apurado que os inculminados, em tese, integram a organização criminosa com atuação na prática de tráfico de drogas.

Imperioso se faz ressaltar que os Relatórios de Investigação Policial deixam clara a participação do representado na facção criminosa investigada, bem como o seu envolvimento em delitos relacionados ao grupo criminoso em análise.

Também fora relatado pela autoridade policial, que o representado tentou se desfazer das provas, jogando documentos no lixo, nos fundos de sua residência, porém, os policiais coletaram a sacola, que continha anotações que evidenciavam que o mesmo era mensageiro da facção criminosa Comando Vermelho.

Note-se, que o Relatório Técnico nº 205/2019 da DRACO aponta que: 'os documentos analisados foram detectados diversos manuscritos com mensagens de detentos para diversas pessoas de fora do sistema carcerário e vice versa, alguns de conteúdo evidentemente criminoso'. Outrossim a autoridade policial, relata o suposto envolvimento do requerido com o tráfico de drogas e com planos de fuga de integrantes da facção criminosa Comando Vermelho.

Superior Tribunal de Justiça

Frise-se por oportuno, que como bem asseverou o diligente Promotor de Justiça, os fatos narrados nos autos, levam a crer que a liberdade do representado ocasiona grave risco à ordem pública, levando em conta os indícios do desvio da função de advogado com a finalidade criminosa.

Nesse cenário social e probatório, é evidente que a liberdade do representado deixaria latente a falsa noção da impunidade e serviria de estímulo para idêntica conduta, fazendo avançar a intranquilidade que os crimes dessa natureza vêm gerando na sociedade como um todo. Dai por que inevitável a conclusão sobre a necessidade da custódia para acautelar a ordem pública.

[...]

À guisa de esclarecimento, o Relatório Técnico nº 205/2019 da DRACO, colacionado aos autos após a prolação do decisum que relaxou a prisão do representado, trouxe à baila, outros elementos que possibilitam verificar com mais clareza, o suposto envolvimento do representado com as práticas delitivas aqui narradas, através das transcrições dos manuscritos apreendidos em poder do mesmo.

Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, atendendo pleito ministerial, decreto a custódia preventiva do investigado LUCAS ARRUDA ROLIM com o escopo de garantir a ordem pública e por conveniência da instrução criminal, sobretudo para evitar a reiteração criminosa, o que faço com supedâneo nos arts. 311 e 312 do Código de Ritos Penais.

Em respeito ao estipulado no artigo 7º, V, da Lei 8906/1994 (EAOAB) e, seguindo o entendimento deste colegiado exarado nos autos do processo nº 0036134-20.2019.8.06.0001, que seja determinado o recolhimento do representado, que é Advogado devidamente inscrito na OAB, em sala de Estado-Maior, no caso seriam as dependências do Corpo de Bombeiros Militar, situado no Bairro José Walter, em Fortaleza – Ce.

[...]".

Como se observa, a constrição cautelar, aparentemente, tem base empírica idônea, pois esta Corte reconhece a possibilidade de decretação da prisão preventiva para garantir a ordem pública, como forma de cessar a atividade criminosa, e em virtude da especial gravidade dos fatos.

Verifica-se, ainda, que foi determinado o recolhimento do Paciente em sala de Estado Maior, não tendo a Defesa logrado comprovar o alegado constrangimento ilegal.

Quanto às demais questões, observa-se que o Tribunal de origem não emitiu pronunciamento sobre as matérias na decisão que apreciou o pedido liminar, de modo que

Superior Tribunal de Justiça

não se mostra prudente a análise dos temas por esta Corte sem o prévio exame da instância ordinária.

Diante do que registrado acima – em que não se observa, ao menos *primo ictu oculi*, nenhuma teratologia –, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691/STF, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Assim, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso a esta Corte Superior adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com base nos arts. 34, inciso XVIII, e 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora